

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.911 - PR (2019/0248424-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO : ESTEVAO RUCHINSKI - PR025069A
ADVOGADA : PRISCILA DO NASCIMENTO SEBASTIAO - PR021761
AGRAVADO : ENAR EMPRESA NAÇÃO DE ARMAZÉNS GERAIS LTDA
ADVOGADOS : JOAO CARLOS OLIVEIRA JUNIOR - PR016833
LUCIUS MARCUS OLIVEIRA - PR019846
JEFFERSON KAMINSKI - PR037362

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES DA EXECUTADA - ART. 782, § 3º, CPC/2015 - NOVA PREVISÃO PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - MODO DE COMPELIR O EXECUTADO A PAGAR A DÍVIDA CONSTITUÍDA POR TÍTULO JUDICIAL - HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO ELENCADAS NO § 4º DO ART. 782 - INEXISTÊNCIA DE PRAZO PARA PROCEDER-SE A INSCRIÇÃO - INAPLICABILIDADE DO PRAZO DE 5 ANOS PREVISTO NO ART. 43 DO CDC – RELAÇÃO NÃO CONSUMERISTA, REGIDA PELO CÓDIGO CIVIL – DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO" (fls. 31/32, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 69/75, e-STJ).

No especial, a recorrente aponta violação dos arts. 1.022, incisos I e II, e 805 do Código de Processo Civil de 2015, argumentando, em síntese, a impossibilidade de perpetuar infinitamente o direito do credor em promover a inscrição do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, devendo ser observado o princípio da execução menos gravosa ao devedor.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Presidente do tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código

de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto contra a decisão proferida em fase de cumprimento de sentença, que deferiu a inscrição da recorrente em cadastro de proteção ao crédito, nos moldes do previsto no art. 782, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015.

O tribunal de origem dirimiu a controvérsia nos seguintes termos:

"(...)

A decisão agravada fundou-se no artigo 782, § 3º, NCPC, novidade trazida pelo Código de Processo Civil/2015, o qual incluiu como possibilidade ao credor, dentre os atos executivos, o pleito de inscrição do devedor (condenado por sentença transitada em julgado) nos cadastros de inadimplentes.

(...)

A finalidade do dispositivo que inovou em termos de execução no Processo Civil é justamente compelir o executado a pagar o que deve. Veja-se, ademais, que o § 4º, que traz as hipóteses de cancelamento da inscrição, não menciona prazo máximo algum para manutenção do apontamento. Pelo contrário, menciona apenas que deverá haver o cancelamento em casos de pagamento, garantia da execução ou extinção desta.

(...)

Verifica-se, portanto, que nada se fala a respeito de prazo para inscrição, nem na lei (novas disposições trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015), nem mesmo na doutrina.

Outrossim, a exequente tem diligenciado a fim de satisfazer seu crédito desde 2003, não tendo logrado êxito até o momento, pelo que a dívida acumulada majora-se em decorrência da atualização, sem que haja qualquer previsão de pagamento espontâneo pela executada, que já se mantém inadimplente por 15 (quinze) anos.

A nova sistemática trazida pelo Código de Processo Civil permite a inclusão em cadastros de inadimplentes justamente com o fito de estimular o devedor a promover o pagamento da quantia devida, o que não deve ser ignorado.

(...)

Assim, correta a r. decisão ao deferir a inscrição da executada em cadastro de proteção ao crédito, com fulcro no art. 782, § 3º do CPC, devendo ser mantida" (fls. 39/43, e-STJ, grifou-se).

De início, no tocante à violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em existência de omissão ou de deficiência de fundamentação apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto ao mérito, extrai-se das razões recursais que a recorrente não refutou o fundamento adotado pela Corte local segundo o qual o art. 782, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 determina o cancelamento da inscrição nos casos de pagamento, garantia da execução ou extinção desta.

Assim, havendo fundamento suficiente no julgado que não foi objeto de impugnação pela recorrente, aplica-se, no ponto, o óbice da Súmula nº 283/STF, por analogia: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À ARREMATACÃO. 1. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 2. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS CAPAZES DE ANULAR A ARREMATACÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. 3. PREÇO VIL NÃO CARACTERIZADO. ARREMATACÃO POR VALOR SUPERIOR A 50% DA AVALIAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.344.246/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/3/2019, DJe 28/3/2019).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixa-se de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015), visto que o recurso especial é oriundo de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator